

GESTÃO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

*Roberto do Amaral Schinoff*³⁵

*Fabiana Tramontin Bonho*³⁶

*Judite Sanson de Bem*³⁷

Gestão de memória

A gestão cultural é uma atividade que se define a partir do conceito de cultura acionado. Percorrer o histórico da gestão cultural no Brasil pressupõe compreender os distintos conceitos de cultura vigentes em cada momento da história do país. A gestão cultural abarca diferentes modalidades de objetos sobre os quais atua, recorrendo a uma diversidade de mecanismos e instrumentos de planejamento, execução e gerenciamento. Seus objetos de atuação podem ser as artes, o patrimônio, a memória, as manifestações da cultura popular, a cultura de massa. Assim, a gestão de memória e patrimônio cultural estão relacionados diretamente com a gestão cultural (FERNANDES, 2019).

Desta forma, a memória faz parte do Patrimônio Cultural brasileiro o que está previsto no artigo 216, da Constituição Federal e contem natureza de direito fundamental. Os bens, materiais ou imateriais, presentes em arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, centros culturais e também os bens imóveis contemplam fatos marcantes da história da Justiça e da sociedade brasileira ao longo do tempo (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022).

Vivemos com lembranças, memórias e aspirações futuras nos apoiando no ontem para desenvolver o hoje e planejando a construção do amanhã com base em nossas vivências ou conhecimentos. Segundo Halbwachs (2006, p. 72): “[...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”.

De acordo com Izquierdo (2002), os indivíduos têm a tendência de viver em grupos, estruturando-se e ajustando-se à sociedade, pois não conseguem viver sozinhos e isolados. Para esse fim, interagem socialmente, criam laços, procuram por pessoas que possuem maior afinidade, que tenham memórias comuns e, a partir disso, geram uma identidade coletiva ou uma memória social, pois foi vivida em grupo. Assim, percebe-se que a memória pessoal, e em consequência a identidade pessoal, recebe informações gerando interferências coletivas.

Pollak (1992) traz que a memória se assemelha a um acontecimento individual, algo parcialmente íntimo, que seja próprio da pessoa, porém que Halbwachs teria afirmado que a memória deve ser entendida como um evento coletivo e social ou, em, como um acontecimento gerado através do coletivo e sujeito a mudanças, transformações, modificações constantes. Neste sentido, o autor destaca que se

35 Doutorando em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestre em Desenvolvimento Regional(Faccat). Possui bacharelado em Administração. E-mail: <roberto.schinoff@gmail.com>.

36 Doutoranda em Memórias Sociais e Bens Culturais (Unilasalle) e Mestra em Desenvolvimento Regional(Faccat). Possui bacharelado em Administração e Ciências Contábeis. E-mail: <fabitrantin@gmail.com>.

37 Doutorado em História Ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado em Geografia da UFRGS no Projeto: Direito à cidade, financeirização e transformações noregime urbano na metrópole de Porto Alegre/RS. Possui Bacharelado em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais e do Mestrado em Avaliaçãode Impactos Ambientais na Universidade La Salle. E-mail: <judite.bem@unilasalle.edu.br>.

entendermos que essas características inconstantes e mutantes da memória, seja individual ou coletiva, deve-se então lembrar que na maioria das memórias há fatos ou acontecimentos parcialmente constante e transformáveis.

Segundo Halbwachs (1990), a memória é sempre construída em grupos, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito. Neste sentido, percebe-se que a memória transpõe o passado, trazendo para o presente, o pensamento de cada indivíduo e grupo social, colaborando assim para a formação da história dos grupos sociais.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Ainda conforme Halbwachs (2006), a memória passa a ser coletiva quando ela é compartilhada e que somente sobrevivem os acontecimentos que foram socializados, ou seja, aquelas que continuam a ser transmitidos, e que através das trocas, e dos elos, eles irão se refazer. O autor ainda relata que a memória coletiva, pode ser considerada como a participação da memória individual de cada pessoa para com a situação, segundo o mesmo autor, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 51).

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2003, p. 469-470).

Corroborando, Bastos (1999) traz que o lembrar não é renascer, mas reorganizar, reconstruir, relembrar, com imagens, cenas, ideias dos dias de hoje, o aprendizado e experiências do passado.

Para Pollak (1992) as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, incluem sempre três elementos: acontecimentos, pessoas (ou personagens) e lugares. Os acontecimentos consistem em eventos dos quais uma pessoa pode ter participado diretamente ou não.

Ainda conforme Pollak, memórias:

[...] são os acontecimentos que eu chamaria de “vivos por tabela”, ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...] esses elementos vivos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

De acordo com Gondar, a memória pode ser entendida como:

[...] uma construção, ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados. (2005, p. 18).

Para Assmann (2011), é possível afirmar que as motivações e as intenções atuais são os vigias do recordar e também do esquecer e que as recordações são inconfiáveis, mas está inconfiabilidade não reside em uma deficiência do ato de recordar, pelo contrário, nos remete ao caráter reconstutivo das recordações que pressupõe que toda lembrança está submetida aos imperativos do presente. Ainda de

acordo com Assmann (2011, p. 34): “[...] o ato da recordação, por sua vez, acontece dentro do tempo, que participa ativamente do processo”.

Neste sentido, as informações do passado para serem lembradas e vivenciadas no presente precisam ser trazidas pela memória, é este processo de lembrar, recordações é que possibilitam que novas descobertas aconteçam, pois, o conhecimento, o aprendizado se mantém entre o passado e o presente. Desta forma, a continuação dos grupos sociais acontece a partir da eternização da memória, onde, a memória representa um arquivo de lembranças acumuladas e as transfere através de experiências vividas pelas diferentes gerações.

Também na mesma perspectiva, Halbwachs (2006), acredita que o tempo de duração de uma memória restringe-se ao período da memória do grupo. Para a memória permanecer presente ou viva é preciso que as relações entre os elementos dos grupos não se rompam, se desfaçam, pois, a separação do elo do grupo, corre-se o risco de a história perder o sentido, através da geração de lacunas que podem ser abertas entre estas memórias.

Para encerramos o assunto sobre a memória, trazemos a visão de Menezes (2007) que afirma que ela não só transmite informação, conhecimento e significações, mas cria significados com os quais o cérebro trabalha. E, nesse caso, tais significados, por serem construídos, são dinâmicos; tão mutáveis e múltiplos quanto à identidade do indivíduo e suas possibilidades subjetivas. E para isso, Menezes enumerou cinco paradoxos sobre a memória o qual dispomos a seguir:

Quadro 1: Cinco paradoxos da memória

A voga e a crise da memória	Indica a presença da memória, a enxurrada de informação e o absurdo de se pretender guardar tudo na mente ou em lugares. Nesse sentido, a hiperinformação produz a desinformação, isto é, a quantidade de informação que se põe à disposição da sociedade só pode ser consumida de modo superficial e precário.
Memória amnésia	A memória sugere um mecanismo de seleção e esquecimento programado, já que seria impossível o pensar e o lembrar sem o esquecer. Há, porém, os esquecimentos programados e inevitáveis e os provocados contra pessoas, instituições e civilizações. São mecanismos repressivos e caracterizadores do que não podia ser visto ou dito em várias épocas.
Relação indivíduo sociedade	Salienta a memória coletiva, não como o somatório das memórias coletivas, mas como sustentáculo das redes de interação e seus circuitos de comunicação. Os espaços públicos e monumentos foram criados para marcar e legitimar a celebração dessa memória coletiva. Todavia, com a redução das funções e dos sentidos dos espaços públicos, os monumentos perderam sua natureza coletiva para o habitante das cidades.
Objetividade subjetividade	Contrário à ideia de Nora acerca das necessidades por lugares de memória, defende a existência dos espaços de massa como formadores e divulgadores da memória. Aponta a Internet como um novo lugar de memória em ação e transformação permanentes. Não basta, todavia, mergulharmos no mundo de possibilidades da Web ao sabor dos ventos do hipertexto. Antes de sabermos as respostas, precisamos estar conscientes de quais perguntas devem ser feitas. A memória é entendida como um campo de negociação onde devemos deixar de lado a oposição entre a objetividade e a subjetividade para colhermos os seus melhores frutos.
Passado presente	Opõe passado e presente. Este último, aliás, é apontado como o tempo da memória, porque é no presente que se constrói a memória. Nessas relações entre tempos e memória, o autor postula que a contemporaneidade reúne, em um tempo sincrônico, diversas temporalidades que operam a memória.

Fonte: MENEZES (2007)

Destaca-se que em relação à voga e a crise de memória, citadas por Menezes (2007), é necessário compor algumas ressalvas e considerações em torno da validade da ideia de hiperinformação. Pois se aceitarmos a memória enquanto produto de um sistema em equilíbrio, esse paradoxo da hiperinformação parece destituído de razão, tendo em vista que cada informação existe por um único propósito.

Patrimônio cultural

Brasil (2010, p. 48) conceitua patrimônio histórico e cultural como sendo:

[...] os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. Sendo os bens culturais aqueles de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Assim, o patrimônio cultural pode ser definido como fonte para a formatação de produtos turísticos singulares, a diversidade e a identidade cultural como fator de diferenciação para a oferta de atividades complementares e o posicionamento competitivo dos destinos e roteiros turísticos.

Barreto (2006) traz que a conservação do patrimônio cultural é fundamental para os elementos de um determinado território, momento este que, proporciona ao turista um reencontro com o passado e sua identidade, além de ser um potencial atrativo cultural no planejamento turístico da região.

O patrimônio cultural não se refere somente aos meios edificados e naturais, ele vai além destes, contemplando toda riqueza cultural humana, também chamada de patrimônio imaterial. Sendo então concluído ainda por Barreto (2006), que o patrimônio cultural não é somente o que pode ser visto, mas também aquele identificado pelos outros meios sensoriais.

Os componentes do patrimônio cultural de uma região se formam através de particularidades diferentes, que no seu conjunto irão desenvolver os empreendimentos locais. Isso decorre da diversidade das atividades que poderão ser os restaurantes com a gastronomia tradicional, pelo artesanato na decoração e ambientação dos equipamentos ou pelas programações de entretenimento através das manifestações culturais autênticas (BRASIL, 2010).

O turismo e o patrimônio podem se contrapor ainda pela ideia de que o patrimônio coloca em evidência características únicas dos lugares, de seus hábitos, costumes e cultura. Por outro lado, por sua vez, o turismo necessita da existência de algumas características organizacionais e operacionais padronizadas como regras de comercialização.

O patrimônio cultural possui proteção constitucional, a partir da constituição de 1988, e dentre eles os que possuem valor turístico, histórico e arqueológico, os quais fazem parte do objeto deste estudo. Em seu Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”

Desta forma, tem-se que o patrimônio cultural é visto como elemento acelerador do desenvolvimento econômico passou a focalizar a necessidade de administradores culturais qualificados de forma afinada a este novo modelo. Desse modo, a formação do gestor cultural é entendida como ensino da administração cultural na lógica da economia da cultura com ênfase em técnicas de gestão voltadas para as formas de financiamento para angariar recursos para manter e ajudar a desenvolver as atividades

das instituições culturais. Portanto, o gestor cultural na área do patrimônio cultural é entendido como responsável pelo planejamento estratégico, plano de sustentabilidade, estabelecimento de parcerias, conhecimentos sobre as estruturas organizacionais no campo da cultura, fontes de financiamento, entre outros (PESTANA, 2022).

Assim, o patrimônio cultural configura-se em objetos e saberes, cuja construção visa dar suporte, tanto material como imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Referências

ASSMANN, A. **Espaços da Recordação: formas e transformações da Memória Cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 6.ed. Campinas: Papyrus, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 21 out. 22.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A gestão de memória do Poder Judiciário. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-documental-e-memoria-proname/gestao-de-memoria/>>. Acesso em 21 out. 2022.

FERNANDES, T. **Histórico da gestão cultural**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Gestão cultural*. Bahia: EUFBA, 2019, p. 33.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. L. D. L. de M. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MENEZES, U. B. de. **Os paradoxos da Memória**. In: MIRANDA, D. S. de. *Memória e Cultura: a importância na formação cultural humana*. São Paulo: SESC SP, 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992.

PESTANA, T. **Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural__Til_Pestana__DAF.pdf>. Acesso em 21 out. 2022.